

ATA DA 14ª. REUNIÃO ORDINÁRIA - BIÊNIO 2016/2018
REALIZADA EM PRIMEIRO DE NOVEMBRO DE 2017.

No dia primeiro do mês de novembro de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, realizou-se a Décima Quarta Reunião Ordinária – biênio 2016/2018 do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no auditório da PRODESAN – Praça dos Expedicionários, nº 10 – Santos – SP, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 13ª reunião; 2 - Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima – Informes sobre os Trabalhos Desenvolvidos - (Coordenador – Marcos Libório-SEMAM; Vice-coordenador – Eduardo Kimoto-SEDURB); 3 - Exposição dos assuntos debatidos nas Câmaras Técnicas do Comitê de Bacias Hidrográficas da Baixada Santista - (CBH BS) – Marcio Gonçalves Paulo (representante da SEMAM no Comitê de Bacias); 4 – Licenciamento Ambiental – Fábio Zucherato e Marcela Bergo Davanso – IBAMA; 5 - Análise dos Relatórios Ambientais e de Risco Geológico, processos administrativos nºs 65.379/2016-15, 65.376/2016-19, 65.378/2016-44 e 65.377/2016-81, encaminhados pela SEDURB – Mabel Gomes Moreira e Marcos Pellegrini Bandini; 6 - Benefícios das Energias Solar e Eólica - Marcelo Gonçalves Coelho e Paulo Lourenço Vieira; 7 - Projeto Condomínio Sustentável – Gabriela Amparo – Concidadania; 8 - Comunicados da Secretaria; 9 - Assuntos Gerais. Compareceram à reunião os seguintes representantes: Marcio Gonçalves Paulo - SEMAM II; Marcos Pellegrini Bandini – SESEG; Paulo Antonio Fritelli – SMS; Edinaldo Cirino dos Santos – SESERP; Juliana Maria de Souza Freitas - SEDURB; Niedja Santos – SEDES; Ana Paula C. Machado – COHAB; Eduardo Simabukuro – CET; Renan Ribeiro – Unisanta; Mariângela Oliveira de Barros – Unimonte; Cleide Barbieri – UNILUS; Norma Sueli Padilha – UNISANTOS; Ademar Salgosa Junior– CREA; Thais Carezato de O. Markevich – CIESP; João Guedes Neto – Sindicato dos Engenheiros; Zenivaldo Ascenção – ABES; Fábio Antonio Boturão Ventriglia e José Roberto dos Santos Fernandes - ASSOC. SURF; Renato Prado – CONCIDADANIA. Foram justificadas as ausências de: SEDUC; PRODESAN; OAB; ACS; Ecofaxina. Ausentes: SEFIN; SIEDI; SEAS; SECULT; SECID; SEPORT; Fundação Mokiti Okada; Soroptimistas Internacionais de Santos; COMEB. Participaram os convidados: Marcos Libório - SEMAM; Lúcio Fagundes – Instituto de Pesca; Hailton Santos - IMA; Rafael de Araújo A. Monteiro e Beatriz Carolina Sant’Ana – Projeto Albatroz; Sarita Patero Rodrigues, Elenilda Pereira da Silva – municipais; Patrik Costa Oliveira – Projeto Família; Conceição Aparecida Agelune Silva - OAB. O presidente deu início à reunião cumprimentando os conselheiros presentes e os convidados. Perguntou se alguém teria algo a se opor quanto à ata, enviada por e-mail para leitura prévia. A ata foi aprovada por unanimidade, com a modificação de Sr. Renan, “Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento”. Sr. Ademar informou que inverteria a pauta, pois o Sr. Marcos Libório precisaria se ausentar devido a outro compromisso. Ele agradeceu e destacou que o objetivo da Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima é construir banco de dados para não fazer políticas públicas sobre “achismos”, que seja ativa e permanente e não só em período de certo mandato, seja do Conselho ou político. Esse mês foi discutido o Termo de Referência de gases de efeito estufa, a cidade precisa assumir seu papel em relação à queima de combustíveis fósseis, como cidade sustentável. Em notícia recente, Cubatão caiu no ranking das mais poluidoras, mas de acordo com dados de fora do município. Com esse inventário, Santos terá os dados dentro de suas características e ao longo do tempo. Sr. Marcio Paulo completou dizendo que o Termo de Referência foi encaminhado e após pesquisa com Cetesp será publicado. Sr. Marcos Libório continuou, contando sobre outra apresentação na CMMC, o estudo dos impactos na fauna estuarina pela Unifesp. A comissão tem amplo espectro de avaliações, com a finalidade de mitigar os impactos, entre eles, a erosão na Ponta da Praia. Anunciou que em breve haverá evento sobre energias renováveis em Santos. Em seguida, Sr. Marcio Paulo discorreu sobre o item 3 da

pauta. Contou sobre o curso realizado na Sabesp, dia 25 de outubro, capacitando cerca de 80 pessoas sobre o manual da Fehidro. As agendas devem adiantar, entre janeiro e março, com nova roupagem, no momento aguardando deliberação. Sr. Renan disse que conterà cerca de 37 ações, como a elaboração de planos de saneamento, recuperação de vegetação nativa, obras de drenagem, com o montante de R\$ 23 a 26 milhões. Sr. Marcio Paulo disse que pela terceira vez tentarão a criação de uma sala de situação. Sr. Ademar agradeceu e convidou Sra. Marcela do Ibama a se apresentar e esclareceu que o conselho sempre questiona sobre o licenciamento portuário. Ela disse que iniciaria explicando o fluxo do licenciamento no órgão. A política de meio ambiente impõe a necessidade de licenciamento ambiental e uma série de resoluções, como Eia/Rima e audiências públicas, considerando o mosaico de conservação. O Ibama legisla nas empresas acima de 450.000 TEU/ano, em Santos, a Embraport, Santos Brasil e em breve a Libra. A Comar, Coordenação de Empreendimentos Marinhos analisa os empreendimentos portuários. O Cadastro Técnico Federal considera as atividades potencialmente poluidoras em áreas de recursos naturais. O licenciamento é encaminhado a Comar, onde se faz o Termo de Referência e os estudos necessários, então, é entregue a Licença Prévia, podendo conter condicionantes técnicas, legais e mitigativas e ressaltou que um bom Eia/Rima tem um bom programa de mitigação. Em seguida, é feita a Licença de Instalação, com relatórios durante a implantação. Depois, a Licença de Operação, que depende da análise desses relatórios e cumprimento das exigências e são definidos os programas que devem continuar. A Licença de Operação dura de 4 a 10 anos, podendo ser estendida. Esclareceu que não é um processo estanque e ensinou o acesso ao site: Serviços, Sistemas, Sislic, consulta, processo licenciamento ambiental, Porto, São Paulo, Santos. Atualmente aparecem 10 processos e os documentos que não aparecem no site podem ser consultados no escritório, pois o sistema não os comporta. Sr. Ademar perguntou se o Porto organizado tem uma licença ou se cada terminal precisa de uma. Sra. Marcela disse que funciona como um grande condomínio, com áreas de cessão, que o IBAMA regulariza a Codesp, mas cada empreendimento precisa de sua licença. Sr. Renan arguiu sobre a publicidade da informação, se é possível deixá-la disponível sem precisar solicitar. Sua dúvida é sobre o relatório de monitoramento, como da ABTP. Sra. Marcela respondeu que o sistema eletrônico não comporta os relatórios mais robustos, mas estão se organizando para melhorar. Sr. Bandini citou o programa de monitoramento climático de marés, sobre o qual houve descontinuidade de informações, pois o marégrafo parou de fornecê-las, sendo necessárias para as séries históricas, ainda perguntou se foi contemplado em algum processo e se há prazo para tal. Ela respondeu que o processo está em Santos, lembrando que o licenciamento não é salvador da pátria, o marégrafo é obrigação do Estado e provavelmente não está previsto. É preciso começar a discutir o que é institucional, o que é dever do órgão e do empreendedor. Sr. Bandini sugeriu que as informações fiquem disponibilizadas, principalmente sobre esse assunto. Ela disse que pode ser feito, inclusive a Codesp coloca em seu site e sugeriu que protocolem as sugestões no site, pois o nível de governança é em Brasília. Sr. Jasson ressaltou a importância dos pescadores na região e sugeriu que a questão da área de pesca seja discutida no Fórum Social, pois não está incluída na APA, a fim de que seja gerado monitoramento bioaquático no licenciamento. Sr. Paulo/SMS perguntou se são duas legislações diferentes para os processos trabalhistas, se são obrigação da prefeitura ou da Anvisa, ela respondeu que a legislação federal tem que ser respeitada, há programa específico para o assunto, mas não no licenciamento, a não ser quando há causa/efeito sobre a saúde do trabalhador. Sr. Dionísio perguntou se o parque Xixová Japuí é de âmbito do Ibama e ela disse que não, é do Estado, com análise da Cetesb. Sr. Ademar perguntou sobre os cilindros encontrados no Porto, qual a autuação do Ibama. Ela respondeu que a autuação depende da competência do licenciamento. No acidente dos açúcares, ficou por conta da Cetesb, que está readequando os terminais e esse é o momento de influenciar

nesse processo. Sobre os cilindros, foi tratado como urgência ambiental, com responsabilidade da Codesp. A gestão está muito compartilhada, mesmo que não seja de sua competência, o Ibama vai apoiar. Sr. Patrick disse que não viu o Ibama fazendo políticas com a população e perguntou como conseguir apoio, por exemplo, a respeito do Rio do Meio. Ela respondeu que não é o único órgão a tratar do assunto, a gestão tem de ser compartilhada e se for área licenciada pelo Ibama, denunciar na linha verde 0806 8080. Quem responde sobre fauna e flora é a Secretaria de Meio Ambiente Estadual, por meio da CBRN - Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, telefone 3269-1200. Sra. Mariângela perguntou sobre os ninhais na região portuária e como são avaliados. Sra. Marcela disse que não é quem constrói a matriz de impacto que define os programas e estes são exigidos aos empreendedores, mesmo que não estejam presentes na matriz de impacto, por isso a importância da participação em todos os fóruns de discussão. A licença não é estanque, adequações podem ser definidas e designadas depois. Sr. Ademar reiterou o convite ao Ibama e ao Sr. Fábio Zucherato, gerente regional, como convidado especial do Comdema. A seguir, convidou Sra. Carla Pupin a iniciar sua apresentação, ela agradeceu e se apresentou como coordenadora da Sedurb e que traz processos da Sedurb com a Cohab, Defesa Civil e Semam, trata-se de dois loteamentos na Vila Esperança e Vila Ayrton Senna. Relatou o histórico: de utilidade pública em 1972, sem uso até 1979, em 1991, declarado área de interesse social, ZEISS em 1992, pois residem famílias de baixa renda, na Vila Esperança são 122 unidades constituídas. Em 1995 o processo não levou o registro em cartório. São atendidos por equipamentos públicos, mas ainda precisam de melhoria na drenagem. Sra. Mabel disse que já é área consolidada, quem mora tem o direito. O problema é a drenagem, o terreno é inundado por natureza, pois na área há retificação do rio São Jorge. A área já estava degradada antes de construírem e o estudo indica como melhorar. O empreendimento implantado pela Cohab foi executado sobre aterro com risco hidrológico, sem receber manutenção adequada. Foi recomendada adaptação com caixas de retenção e o processo de desobstrução está sendo realizado com uma empresa contratada. O principal já foi atendido, não veem mais óbice, desde que executada essa reforma. Ainda há 140 áreas a serem regularizadas, por isso intensificar esse processo é o objetivo. Sra. Mabel disse que dentro do processo está a apresentação do estudo ambiental, para que o Conselho analise, conforme determinado por lei, a fim de que seja deliberado na próxima reunião e posteriormente serão encaminhados para as respectivas secretarias. Sr. Marcio Paulo sugeriu reunião extraordinária e o presidente irá considerar. A seguir, Sr. Paulo da P&G Energy iniciou sua apresentação contando que a matriz se situa em Roma, e que realizam a idealização, parte elétrica, o contato com as transmissoras de energia, com acompanhamento de software. As placas solares têm 30 anos de garantia e normalmente geram 260 W/ano/m², com sistema de autolimpeza pela própria natureza. Mostrou imagens e disse que o silício vem da Rússia e são as linhas prateadas. Sr. Paulo/SMS perguntou o valor e ele disse que a média é de R\$ 4300 por quilowatt gerado e possuem parcerias de financiamento com o BNDES e Desenvolve São Paulo. Sr. Paulo perguntou se comparado à hidrelétrica é mais barato e ele concordou. Mostrou produtos para captação para semáforos, lâmpadas em postes, e as baterias possuem sete anos de vida. Sr. Fábio/ASS perguntou se seria possível iluminar a área para surf noturno no Parque Roberto Mário Santini e ele informou seu número para contato, (11) 3151 3819. O presidente agradeceu e passou aos Comunicados da Secretaria, em que a secretária leu a resposta da Sefin sobre o ofício enviado a respeito do ICMS ecológico, com os respectivos argumentos em que demonstram não ser possível repassá-lo ao Fundo de Meio Ambiente. No item seguinte, Sra. Gabriela apresentou o projeto Condomínio Sustentável, com financiamento do Fundo de Meio Ambiente por edital de 2016. Explicou que a equipe possui sete profissionais e é realizado pela ONG Concidadania, com duração de agosto de 2017 a agosto de 2018. Seus objetivos, educação e conscientização ambiental nos condomínios dos bairros da orla de Santos em

consonância com a lei municipal nº 952 /2016 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com economia circular e logística reversa. Avisou que estão criando um portal na internet como canal de comunicação e oferecem palestras no Fórum da Cidadania e às entidades que solicitarem. O projeto vai ao encontro do conceito Resíduo Zero. O presidente precisou se ausentar e o conselheiro Marcos Bandini o substituiu à mesa. Sra. Sarita perguntou se também executam os projetos e Sra. Gabriela respondeu que o foco é só o diagnóstico e propostas de soluções, indicando cooperativas. Sra. Conceição perguntou como elegem os condomínios e como será a abordagem e ela respondeu que serão os acima de quatro andares, com elevador e será enviado ofício ao síndico e comunicação às associações. Sr. Paulo reforçou a importância de educação permanente, como cestos de lixo nas corridas para os copos de água, o que só funcionou quando houve divulgação. Também, que haja comissões nos prédios para ressuscitar o assunto. Sr. Bandini perguntou se haveria algo a ser colocado em Assuntos Gerais e Sr. Patrick Costa fez um convite a todos para o evento sobre o projeto “Santos cidade limpa como um todo”, que busca doadores e patrocinadores. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata, contendo cinco páginas, que lida e achada exata, vai assinada por mim, Sandra Cunha dos Santos e pelo Presidente do COMDEMA, Ademar Salgosa Junior.

ADEMAR SALGOSA JUNIOR
Presidente do COMDEMA

SANDRA CUNHA DOS SANTOS
Secretária